



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"
COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA 28 DE AGOSTO DE 2005.

Presidente:

Dr. Eládio Augusto Amorim Mesquita

Membros:

Dr. Érico Rafael Fleury de Campos Curado

Dr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Dr. Colemar José de Moura Filho

Banca Examinadora:

Dra. Maria Helena Soares Gontijo

Dra. Ana Paula de Guadalupe Rocha

Dr. Alertte Martins de Jesus

Dr. Luis Alexandre Rassi

Dra. Dalvina Alves Cardoso

Dr. Rodrigo de Oliveira Caldas

Dr. Alexandre Iunes Machado



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA PARA REALIZAÇÃO DA
PROVA OBJETIVA DO EXAME DE ORDEM.**

- 1) Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.
- 2) Não é permitido consultar qualquer tipo de obra, apostila ou anotação, nem usar equipamentos eletrônicos, telefone celular e outros.
- 3) Não escrever no cartão de respostas. O candidato deve limitar-se apenas a assinalar a alternativa escolhida.
- 4) Anotar no cartão de respostas, no espaço especificamente destinado a isso, o número identificador do candidato constante do "crachá", de modo que o primeiro algarismo do referido número corresponda a um quadrículo da primeira linha, o segundo algarismo a um quadrículo da segunda linha, o terceiro algarismo a um quadrículo da terceira linha e o quarto algarismo a um quadrículo da quarta linha.
- 5) A existência de qualquer outro sinal que permita identificar o candidato acarretará a anulação da respectiva prova.
- 6) Preencher integralmente os espaços dos quadrículos assinalados, com a devida atenção, tendo em vista que a avaliação será feita por processo eletrônico de leitura ótica.
- 7) Usar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 8) Não amassar, não sujar e não dobrar o cartão de respostas.
- 9) O cartão de respostas é insubstituível.
- 10) O caderno de prova deve ser devolvido pelo candidato, juntamente com o cartão resposta.
- 11) Qualquer comunicação entre candidatos resultará na desclassificação sumária dos envolvidos.
- 12) A prova terá a duração de 04 (quatro) horas.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

PROCESSO CIVIL

001) – Assinale a alternativa correta:

- a) () A competência em razão da matéria e da hierarquia é derogável por convenção das partes;
- b) () O conflito de competência pode ser suscitado apenas pelas partes, excetuando-se o Juiz e o Ministério Público;
- c) () O réu que ofereceu exceção de incompetência pode suscitar o conflito de competência;
- d) () O conflito de competência poderá ser suscitado pela parte, por petição, endereçada ao Presidente do Tribunal.

002) – Assinale a alternativa correta:

- a) () As partes podem, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatório; a convenção tem eficácia, mesmo se requerida após o vencimento do prazo;
- b) () É permitido às partes, desde que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios;
- c) () Não havendo preceito legal nem assinação pelo Juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;
- d) () O prazo para a Fazenda Pública contestar no procedimento sumário é contado em dobro e não em quádruplo.

003) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Nas ações de estado admite-se a citação feita pelo correio para qualquer comarca do País;
- b) () Se o autor, a título de antecipação dos efeitos da tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o Juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo;
- c) () O procedimento sumário pode ser utilizado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas;
- d) () Contra o revel correrão os prazos, mas ele deverá ser intimado. Poderá ele, entretanto, intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontra.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

004) – Assinale a alternativa correta:

- a) () No Mandado de Segurança é admitida a desistência, a qualquer tempo e independentemente de concordância do Impetrado;
- b) () Tratando-se de Mandado de Segurança coletivo impetrado por associação, não se exige que a referida entidade tenha um ano de constituição e funcionamento;
- c) () A Ação Civil Pública não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro;
- d) () É cabível a Ação Civil Pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias e o FGTS.

005) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Não é facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da Ação Popular, sendo esta legitimidade conferida apenas àqueles que participaram do ato questionado como lesivo;
- b) () A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente ou a título coletivo, por entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pela Lei nº 8.078/90;
- c) () A ação de regresso prevista no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, admitindo-se a denúncia da lide;
- d) () As ações coletivas previstas no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor induzem litispendência para as ações individuais.

006) – Assinale a alternativa correta:

- a) () O valor da causa nas ações de despejo corresponderá a doze meses de aluguel, ou a três salários-mínimos vigentes por ocasião do ajuizamento em caso de extinção do contrato de trabalho, se a ocupação do imóvel pelo locatário estiver relacionada com o seu emprego;
- b) () Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento do aluguel e acessórios da locação, não se admite a cumulação de pedidos de rescisão contratual e cobrança dos acessórios da locação;
- c) () A ação revisional de aluguel segue o procedimento ordinário;
- d) () O aluguel fixado na sentença da ação revisional retroage à data de propositura da referida demanda.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

007) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge valerá sem a do outro;
- b) () A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária;
- c) () Os despachos de mero expediente, portanto sem cunho decisório, são atacáveis por Agravo na forma de Instrumento;
- d) () O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, mesmo que distintos ou opostos os seus interesses.

008) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Interposta a apelação, o relator, declarando os efeitos em que a recebe, mandará dar vista ao apelado para responder;
- b) () A apelação será recebida só no efeito suspensivo quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela;
- c) () Interposto recurso de apelação recebido no efeito suspensivo, a competência para a concessão da antecipação – parcial ou integral - dos efeitos da tutela final pretendida será sempre do Tribunal.
- d) () Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição, produzindo efeito de imediato, a sentença proferida contra as autarquias e fundações de direito público.

009) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos, cujo prazo será em quádruplo para a Fazenda Pública;
- b) () A Fazenda Pública tem prazo em quádruplo para opor embargos ao mandado monitório;
- c) () Na execução de pensão alimentícia, recaindo a penhora em dinheiro, o oferecimento de embargos obsta a que o exequente levante mensalmente a importância da prestação;
- d) () O credor requererá a declaração de insolvência do devedor, não havendo necessidade de instruir o pedido com o título executivo judicial ou extrajudicial.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

010) – Assinale a alternativa correta:

- a) () O réu poderá impugnar o valor da causa na própria contestação;
- b) () O juiz não pode alterar de ofício o valor da causa;
- c) () O ato judicial que resolve o incidente de impugnação ao valor da causa é decisão interlocutória, desafiando o recurso de agravo;
- d) () O ato judicial que resolve o incidente de impugnação ao valor da causa é decisão de mérito, desafiando o recurso de apelação.

011) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Julgada improcedente a ação principal, o arresto se resolve em penhora;
- b) () A produção antecipada de prova não pode consistir em interrogatório da parte, nem inquirição de testemunhas;
- c) () A ação de depósito é uma ação real e tem por fundamento a devolução da coisa de cuja propriedade o autor é o titular, e o direito de sequela que dela decorre;
- d) () A ação demolitória é uma ação real e visa resguardar o direito de demarcação de prédios confinantes; aviventar rumos apagados e renovar marcos destruídos ou arruinados.

012) – Assinale a alternativa correta:

- a) () O legatário é parte legítima para manifestar-se sobre as dívidas do espólio, quando toda a herança for dividida em legados;
- b) () A sonegação pode ser arguida ao inventariante antes de encerrada a descrição de bens, com a declaração, por ele feita, de não existirem outros bens a inventariar;
- c) () Aquele que se julgar preterido poderá demandar a sua admissão no inventário, requerendo-a após a partilha;
- d) () Após a partilha, poderão os credores do espólio requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis.

013) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Quando os embargos versarem sobre alguns bens, prosseguirá o processo principal somente quanto aos bens não embargados;
- b) () O procedimento a ser seguido no caso de alienação, arrendamento ou oneração de bens dotais de menores, de órfãos e de interditos é de jurisdição contenciosa;
- c) () A interdição poderá ser promovida apenas pelo pai ou mãe do interditando;
- d) () Não se aplica aos interditos possessórios o princípio da fungibilidade.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

014) – Assinale a alternativa correta:

- a) () No Juizado Especial Cível, se na execução de título executivo extrajudicial, no valor de até 40 (quarenta) salários mínimos, for efetuada penhora, o devedor será intimado para opor embargos no prazo de 10 (dez) dias;
- b) () No Juizado Especial Cível, se na execução de título executivo extrajudicial, no valor de até 40 (quarenta) salários mínimos, for efetuada penhora, o devedor será intimado à comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente;
- c) () No Juizado Especial Cível, não se encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo não se extinguirá;
- d) () É de 15 (quinze) dias o prazo para a interposição do recurso cabível ao Órgão *ad quem*, da sentença proferida no Juizado Especial Cível.

015) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos, bem como executar as suas sentenças;
- b) () Se incluem na competência do Juizado Especial Federal Cível as causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
- c) () Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte;
- d) () Nas causas de que trata a Lei nº 10.259/01 (Institui o Juizado Especial Cível e Criminal no âmbito da Justiça Federal), haverá o reexame necessário, quando for sucumbente o ente público.

016) – Assinale a alternativa correta:

- a) () As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos, mas não produzirão efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- b) () Os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil podem propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade;
- c) () Compete ao Excelso Supremo Tribunal Federal a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;
- d) () Compete ao Colendo Superior Tribunal de Justiça a homologação de sentenças estrangeiras.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

017) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Sobrevindo no curso da arbitragem controvérsia acerca de direitos indisponíveis e verificando-se que de sua existência, ou não, dependerá o julgamento, o árbitro ou o tribunal arbitral apreciará primeiro esta questão;
- b) () A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário, mas sendo condenatória, não constitui título executivo;
- c) () Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto à instituição da arbitragem, poderá a parte interessada requerer ao tribunal arbitral a decisão do feito, não sendo admitida a intervenção judicial;
- d) () A apelação será recebida só no efeito devolutivo quando interposta de sentença que julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.

018) – Assinale a alternativa correta:

- a) () A nunciação de obra nova cabe ao possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, que poderá impetrar ao juiz que o segura da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito;
- b) () É lícito ao autor cumular ao pedido possessório o desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse;
- c) () Na pendência de processo possessório é possível, ao autor e ao réu, intentar ação de reconhecimento do domínio;
- d) () A manutenção e reintegração de posse, quando intentadas dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho, seguirá o procedimento ordinário.

019) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Na execução das obrigações de fazer, quando for convencionado que o devedor a faça pessoalmente, o credor poderá requerer ao juiz que lhe assine prazo para cumpri-la, não sendo permitido o descumprimento;
- b) () Se aquele que se comprometeu a concluir um contrato não cumprir a obrigação, a outra parte, sendo isso possível e não excluído pelo título, poderá obter uma sentença que produza o mesmo efeito do contrato a ser firmado;
- c) () Ter-se-á por eficaz a nomeação de bens pelo devedor, independentemente da aceitação do credor, se, havendo bens no foro da execução, outros hajam sido nomeados;
- d) () Os bens penhorados não podem ser alienados antecipadamente, mesmo que haja manifesta vantagem.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

020) – Assinale a alternativa correta:

- a) () Não se admite ação declaratória quando tenha ocorrido a violação do direito;
- b) () Para propor ou contestar ação é necessário ter capacidade e legitimidade;
- c) () Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é dispensável nos casos de composesse ou de ato por ambos praticados;
- d) () Se o assistido ficar vencido, o assistente será condenado nas custas em proporção à atividade que houver exercido no processo.

DIREITO CIVIL

021) – O Código Civil Brasileiro de 2002 consagrou, no direito positivo brasileiro, a categoria do negócio jurídico. De acordo com a disciplina traçada por esse diploma legal sobre o tema, é correto dizer:

- a) () é válido o negócio jurídico celebrado por pessoa relativamente incapaz não assistida;
- b) () o objeto do negócio jurídico há de ser sempre determinado;
- c) () o negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes;
- d) () celebra negócio jurídico em estado de perigo alguém que, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

022) – Quanto às locações de imóveis urbanos, regidas pela Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato), é correto dizer:

- a) () podem ser ajustadas por qualquer prazo, dependendo de vênua conjugal, se igual ou superior a 10 (dez) anos;
- b) () durante o prazo estipulado para a duração do contrato, o locatário não poderá devolver o imóvel, nem mesmo pagando a multa pactuada;
- c) () morrendo o locador, a locação não se transmite aos seus herdeiros;
- d) () em caso de separação de fato, separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável, o cônjuge ou companheiro que permanecer no imóvel não tem direito a prosseguir com a locação.

023) – No que diz respeito ao contrato de compra e venda, segundo a disciplina que lhe dá o Código Civil Brasileiro de 2002:

- a) () o comprador, salvo convenção em contrário, responde por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição;
- b) () é nula a compra e venda de ascendente a descendente, sem a anuência dos outros descendentes e do cônjuge do alienante;
- c) () é lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão;
- d) () nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma autoriza a rejeição de todas.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

024) – Quanto à doação, conforme as regras estabelecidas pelo Código Civil Brasileiro de 2002, é correto dizer:

- a) () não é nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador;
- b) () a doação é sempre revogável, bastando, para tanto, simples manifestação de vontade do doador;
- c) () é anulável a doação celebrada entre ascendentes e descendentes;
- d) () a doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo.

025) – Ainda em matéria de doação, considerados os contornos dados pelo Código Civil Brasileiro de 2002, assinale a alternativa correta:

- a) () a doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice só pode ser anulada pelo outro cônjuge;
- b) () a doação feita em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa só ficará sem efeito se o casamento não se realizar;
- c) () pode-se renunciar antecipadamente o direito de revogar a doação por ingratidão do donatário;
- d) () a revogação por ingratidão prejudica os direitos adquiridos por terceiros.

026) – No que tange aos direitos reais e à sua disciplina, dada pelo Código Civil Brasileiro de 2002, é possível afirmar:

- a) () a propriedade imóvel se transfere, entre vivos, mediante a entrega da posse;
- b) () a propriedade imóvel se transfere, entre vivos, mediante a lavratura do título translativo;
- c) () a propriedade imóvel se transfere, entre vivos, mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis;
- d) () o possuidor não pode, em hipótese alguma, somar à sua posse a dos seus antecessores, para o fim de contar o tempo exigido para a usucapião de bem imóvel.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

027) – Ainda quanto aos direitos reais, segundo o Código Civil Brasileiro de 2002, é correto dizer:

- a) () o proprietário de um prédio não tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais ao sossego dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha;
- b) () perde-se a propriedade, entre outras causas, pelo perecimento da coisa;
- c) () o dono de prédio que não tiver acesso a via pública pode, independentemente de indenização, constranger o vizinho a lhe dar passagem;
- d) () o proprietário pode levantar em seu terreno as construções que lhe aprouverem, independentemente do direito dos vizinhos e dos regulamentos administrativos, tendo em vista que o direito de propriedade é absoluto.

028) – Quanto ao casamento, pode-se afirmar, com base nas regras ditadas pelo CCB/2002:

- a) () o homem e a mulher com 16 (dezesesseis) anos podem casar, independentemente de autorização dos pais;
- b) () não podem casar os colaterais de quarto grau;
- c) () o homem e a mulher com 18 (dezoito) anos completos podem casar, mas dependem, para tanto, de autorização dos pais;
- d) () os impedimentos matrimoniais podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.

029) – Homem e mulher solteiros, com 57 (cinquenta e sete) anos de idade, desejam casar-se. É correto afirmar:

- a) () em virtude da idade dos cônjuges, o regime deverá ser, obrigatoriamente, o da separação de bens;
- b) () no silêncio dos cônjuges, o regime de bens do casamento será o da comunhão universal de bens;
- c) () em virtude da idade dos cônjuges, o regime deverá ser, obrigatoriamente, o da participação final nos aqüestos;
- d) () é possível aos noivos estipular, quanto ao regime de bens, o que lhes aprouver.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

030) – O Código Civil Brasileiro de 2002 reservou um Título do Livro do Direito de Família à união estável. Segundo o que foi estabelecido nessa Lei, pode-se dizer acerca dessa entidade familiar:

- a) () é reconhecida a união estável entre pessoas do mesmo sexo;
- b) () é reconhecida a união estável entre homem e mulher, desde que configurada na convivência pública, contínua e com duração superior a 05 (cinco) anos;
- c) () pode-se constituir união estável, mesmo que presentes os impedimentos matrimoniais do artigo 1.521 do CCB/2002;
- d) () na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

DIREITO COMERCIAL

031) – Na ordem de classificação dos créditos na falência, os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados:

- a) () créditos com privilégio geral
- b) () créditos quirografários
- c) () créditos com garantia real
- d) () créditos com privilégio especial

032) – No tocante à arrecadação e custódia dos bens na falência, apenas uma das assertivas abaixo está inteiramente correta. Assinale-a.

- a) () Os bens arrecadados ficarão sob a guarda do administrador judicial ou de pessoa por ele escolhida, sob responsabilidade daquele, podendo o falido ou qualquer de seus representantes ser depositário dos bens;
- b) () Os bens arrecadados somente poderão permanecer sob a guarda do administrador judicial, nos termos da nova Lei de Falências;
- c) () O falido não poderá, em hipótese alguma, ser nomeado depositário dos bens arrecadados, exceto bens imóveis;
- d) () O falido não poderá ter qualquer de seus representantes nomeado para depositário dos bens arrecadados.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

033) – Na falência, não sendo possível a avaliação dos bens no ato da arrecadação, o administrador judicial requererá ao Juiz a concessão de prazo para apresentação do laudo de avaliação, que não poderá exceder, contados da apresentação do auto de arrecadação, o prazo de:

- a) () 15 dias
- b) () 20 dias
- c) () 30 dias
- d) () 10 dias

034) – No caso de apresentação do Plano de Recuperação Extrajudicial, uma das afirmações abaixo é a única inteiramente correta. Assinale-a.

- a) () O plano de recuperação extrajudicial poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas bem como tratamento diferenciado aos credores que não estiverem sujeitos a ele;
- b) () O plano de recuperação extrajudicial produz efeitos mesmo antes de sua homologação judicial;
- c) () Se for apresentada impugnação ao Plano será aberto o prazo de 10 (dez) dias para que o devedor sobre ela se manifeste;
- d) () Após a distribuição do pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, os credores não poderão desistir da adesão ao Plano, exceto com a anuência expressa de todos os demais signatários.

035) – Uma das afirmativas abaixo está legalmente correta. Assinale-a.

- a) () A Sociedade por Ações, dependendo de seu objeto, é considerada uma sociedade empresária;
- b) () Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a Cooperativa;
- c) () A Sociedade Cooperativa, dependendo de seu objeto é uma sociedade empresária; e, simples, é a sociedade por ações;
- d) () Independentemente de seu objeto tanto a sociedade por ações, quanto a Cooperativa são consideradas sociedades empresárias;



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

036) – As sociedades em Nome Coletivo são constituídas mediante contrato escrito, particular ou público, nos termos do que dispõe o artigo 997 do Código Civil vigente, entretanto:

- a) () Ficam elas dispensadas de mencionarem no contrato a Firma Social;
- b) () Ficam igualmente dispensadas de mencionarem a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas;
- c) () O contrato deve, além dos requisitos do dispositivo legal acima, mencionar a Firma Social;
- d) () O contrato deve mencionar, obrigatoriamente, que as prestações a que se obriga o sócio, não podem, de forma alguma, se consistirem em prestação de serviços;

037) – A ação de regresso de um obrigado ao pagamento do cheque contra outro prescreve em:

- a) () Um ano
- b) () Dois anos
- c) () 120 dias
- d) () seis meses

038) – O ato pelo qual, temporariamente, suspende-se o pagamento do cheque, por razões determinadas a serem esclarecidas, dentro ou fora do prazo de apresentação do cheque, denomina-se:

- a) () oposição
- b) () frustração
- c) () revogação
- d) () infração

TRABALHO E PROCESSO DO DIREITO DO TRABALHO

039) – Marque a alternativa correta.

- a) () Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego.
- b) () Exaurido o período de estabilidade, são devidos, também, ao empregado, os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego.
- c) () Exaurido o período de estabilidade, não são devidos ao empregado os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, sendo a ele assegurada a reintegração no emprego.
- d) () Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, sendo a ele assegurada a reintegração no emprego.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

040) – Marque a alternativa correta.

- a) () É anulável a decisão que por julgamento "ultra-petita" deferir salário, quando o pedido for de reintegração, dados os termos do art. 496 da CLT.
- b) () Há nulidade por julgamento "ultra-petita" da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, dados os termos do art. 496 da CLT.
- c) () Não há nulidade por julgamento "extra petita" da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, dados os termos do art. 496 da CLT.
- d) () Há nulidade por julgamento "ultra-petita" da decisão que deferir reintegração quando o pedido for de salário, dados os termos do art. 496 da CLT.

041) – Marque a alternativa correta.

- a) () O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
- b) () O direito ao aviso prévio é renunciável pelo empregado. No entanto, o pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
- c) () O direito ao aviso prévio é renunciável pelo empregado sendo que o pedido de dispensa de cumprimento exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
- d) () O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. Contudo, o pedido de dispensa de cumprimento exime o empregador de pagar o respectivo valor, sendo despicienda a comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

042) – Marque a alternativa correta.

a) () A supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 01 (um) ano das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos 12 (doze) meses, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

b) () A supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 01 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 01 (um) ano das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a sete meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos 12 (doze) meses, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

c) () A supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 01 (um) mês, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 01 (um) mês das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas no último mês, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

d) () A supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 01 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 01 (um) mês das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos 12 (doze) meses, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

043) – Marque a alternativa correta, com fulcro na legislação ora vigente.

a) () Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores, relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS).

b) () Não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores, relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS).

c) () Não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização de trabalho.

d) () Compete à Justiça Comum dos Estados processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização de trabalho.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

044) – Marque a alternativa correta.

- a) () A ocorrência de justa causa, inclusive a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- b) () A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- c) () A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, não retira do empregado o direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- d) () A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória ou salarial.

045) – Marque a alternativa correta.

- a) () Quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, incluída a hipótese de equiparação salarial, não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.
- b) () Quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, excluída a hipótese de equiparação salarial, obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.
- c) () Quadro de pessoal organizado em carreira, ainda que não aprovado pelo órgão competente, excluída a hipótese de equiparação salarial, não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.
- d) () Quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, excluída a hipótese de equiparação salarial, não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.

046) – Marque a alternativa correta.

- a) () Tratando-se de pedido de diferença de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar, a prescrição aplicável é a total, não atingindo o direito de ação, mas, tão-somente, as parcelas anteriores ao quinquênio.
- b) () Tratando-se de pedido de diferença de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar, a prescrição aplicável é a total, não atingindo o direito de ação, mas, tão-somente, as parcelas anteriores ao biênio
- c) () Tratando-se de pedido de diferença de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar, a prescrição aplicável é a parcial, não atingindo o direito de ação, mas, tão-somente, as parcelas anteriores ao quinquênio
- d) () Tratando-se de pedido de diferença de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar, a prescrição aplicável é a parcial, não atingindo o direito de ação, mas, tão-somente, as parcelas anteriores ao biênio.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás

“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

047) – Marque a alternativa correta, considerando que a primeira parte do artigo 462 da CLT assim dispõe: “ Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, ...”

a) () Descontos salariais efetuados pelo empregador, ainda que sem a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

b) () Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

c) () Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

d) () Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, sendo válidos ainda que fique demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

048) – Marque a alternativa correta.

a) () O aumento real, concedido pela empresa a todos os seus empregados, somente pode ser reduzido mediante a participação efetiva do sindicato profissional no ajuste, nos termos do art. 7º, VI, da CRFB/1988.

b) () O aumento real, concedido pela empresa a todos os seus empregados, pode ser reduzido sem a participação efetiva do sindicato profissional no ajuste, posto que não viola o art. 7º, VI, da CRFB/1988.

c) () O aumento real, concedido pela empresa a todos os seus empregados, pode ser reduzido mediante a participação única e efetiva do sindicato patronal no ajuste, posto que não viola o art. 7º, VI, da CRFB/1988

d) () O aumento real, concedido pela empresa a todos os seus empregados, não pode ser reduzido, ainda que mediante a participação efetiva do sindicato profissional no ajuste, nos termos do art. 7º, VI, da CRFB/1988.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

049) – Marque a alternativa correta.

- a) () A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data da sentença, sendo alterável no curso do processo segundo a variação do salário mínimo.
- b) () A alçada é fixada pelo valor da condenação, ainda que impugnado, sendo inalterável no curso do processo.
- c) () A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo.
- d) () A alçada é fixada pelo valor do pedido na data de seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo alterável no curso do processo, segundo a variação do salário mínimo.

050) – Marque a alternativa correta.

- a) () O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- b) () O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de direito.
- c) () O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato e de direito.
- d) () O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa apenas em revelia.

051) – Tendo por base as normas sobre o procedimento sumaríssimo, marque a alternativa correta.

- a) () As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, não sendo eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.
- b) () As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.
- c) () Os advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, não sendo eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, ainda que na ausência de comunicação.
- d) () As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputar-se-ão, contudo, eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação, somente no caso de terem sido efetivamente recebidas pelos destinatários.

052) – Marque a alternativa correta.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- a) () Serão executados a pedido dos interessados os créditos previdenciários devidos em decorrência de decisões proferidas pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo.
- b) () Serão executados *ex-officio* os créditos previdenciários devidos em decorrência de decisões proferidas pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo.
- c) () Serão executados *ex-officio* os créditos previdenciários devidos em decorrência de decisões proferidas pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, apenas resultantes de condenação.
- d) () A justiça do trabalho é incompetente para executar créditos previdenciários devidos, ainda que decorrentes de decisões proferidas pelos Juízes e Tribunais do Trabalho.

053) – Marque a alternativa correta.

- a) () Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, implicitamente, tese a respeito.
- b) () Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de prescrição.
- c) () Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, implicitamente ou explicitamente, tese a respeito.
- d) () Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.

054) – Marque a alternativa correta.

- a) () Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é parcial, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- b) () Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é parcial, ainda que o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- c) () Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, ainda que o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- d) () Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

055) – Marque a alternativa correta.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- a) () Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CRFB/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos.
- b) () Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CRFB/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos.
- c) () Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CRFB/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando o valor da causa não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos.
- d) () Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CRFB/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando o valor da causa não ultrapassar o valor correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos.

056) – Marque a alternativa correta.

- a) () O carimbo do protocolo da petição recursal constitui elemento dispensável para aferição da tempestividade do apelo.
- b) () O carimbo do protocolo da petição recursal constitui elemento indispensável para aferição da tempestividade do apelo, ainda que ilegível, pois a parte não pode ser prejudicada pela falha do servidor responsável pelo protocolo.
- c) () O carimbo do protocolo da petição recursal constitui elemento indispensável para aferição da tempestividade do apelo, razão pela qual deverá estar legível, pois um dado ilegível é o mesmo que a inexistência do dado.
- d) () O carimbo do protocolo da petição recursal constitui elemento dispensável para aferição da tempestividade do apelo, podendo ser suprida essa aferição com a conferência da data aposta ao final da petição pelo seu subscritor, junto com sua assinatura.

057) – Marque a alternativa correta.

- a) () As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa vigoram no prazo assinado, integrando, de forma definitiva, os contratos.
- b) () As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos.
- c) () As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa vigoram no prazo legal, integrando, de forma definitiva, os contratos.
- d) () As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa vigoram no prazo legal, não integrando, de forma definitiva, os contratos.

058) – Marque a alternativa correta.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- a) () A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios não pode ocasionar efeito modificativo no julgado.
- b) () A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios pode ocasionar efeito suspensivo no julgado.
- c) () A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios pode ocasionar efeito modificativo no julgado.
- d) () A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios pode ocasionar efeito alternativo no julgado.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

059) - É correto afirmar:

- a) () A lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- b) () A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- c) () A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após sua vigência.
- d) () A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado antes de sua vigência.

060) - É correto afirmar, quanto ao lugar do crime:

- a) () Que o Código Penal Brasileiro adotou a Teoria do Resultado;
- b) () Que o Código Penal Brasileiro adotou a Teoria da Atividade;
- c) () Que o Código Penal Brasileiro adotou a Teoria da Ubiquidade;
- d) () Que sempre se considera praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão.

061) - É correto afirmar:

- a) () Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes cometidos contra a vida de senadores da República;
- b) () Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes cometidos contra a vida de deputados federais;
- c) () Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes de genocídio, mesmo quando o agente não for brasileiro;
- d) () Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes cometidos contra o patrimônio de sociedade de economia mista.

062) - É correto afirmar:



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- a) () O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, não obstante disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- b) () O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- c) () O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, nunca são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- d) () O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, sempre são puníveis, mesmo que o crime não chegue, pelo menos, a ser tentado.

063) - É correto afirmar:

- a) () É efeito automático da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo;
- b) () É efeito automático da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a 01 (um) ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública;
- c) () É efeito automático da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 04 (quatro) anos nos demais casos;
- d) () Não é efeito automático da condenação a incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado.

064) - Sobre a "Reabilitação" é correto afirmar:

- a) () Pode ser requerida logo após o término do cumprimento da pena;
- b) () Somente poderá ser requerida após decorridos 05 (cinco) anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação, desde que o condenado;
- c) () A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre seu processo e condenação.
- d) (..) A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no artigo 92 do Código Penal Brasileiro, facultando ao agente que perdeu cargo público em decorrência de condenação por crime cometido com abuso de poder a ser reintegrado nos quadros da administração pública..

065) - Sobre a "Ação Penal" é correto afirmar:



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- a) () Sempre será de iniciativa pública;
- b) () Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação de iniciativa pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes, se deva proceder por iniciativa do Ministério Público.
- c) () Por regra geral prevista do direito penal brasileiro e salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 03 (três) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do artigo 100 do Código Penal Brasileiro, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.
- d) () A representação será irretratável somente depois de recebida a denúncia.

066) - Sobre o "Perdão Judicial" é correto afirmar:

- a) () Mesmo que o querelado o recuse produz efeitos;
- b) () Se concedido a qualquer dos querelados, não se aproveita aos outros;
- c) () Se concedido por um dos ofendidos, prejudica o direito dos outros;
- d) () A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova à sua comprovação.

067) - Sobre "Prescrição" é correto afirmar:

- a) () Jamais é interrompido o prazo prescricional.
- b) () O prazo prescricional é interrompido pelo oferecimento da denúncia.
- c) () O prazo prescricional é interrompido pelo acórdão confirmatório da sentença penal condenatória.
- d) () O prazo prescricional é interrompido pela sentença penal condenatória.

068) - Paulo José falsifica a assinatura do dono de uma cártula, vai ao banco respectivo e recebe o valor do cheque, em face do descuido do caixa, que não confere a assinatura.

- a) () Paulo José praticou, em concurso formal, falsidade (art. 297, § 2º, do CP) e estelionato (art. 171, "caput", do CPB).
- b) () Paulo José praticou, em concurso material, falsidade e estelionato
- c) () Paulo José praticou o delito de falsidade, sendo o estelionato "post factum" não punível, prevalecendo o crime mais grave.
- d) () Paulo José praticou o delito de estelionato, que absorve a falsidade.

069) - Em que condições o Juiz determina, no processo penal, que o



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Acusado seja citado por hora certa?

- a). () quando o Acusado se oculta para não ser citado.
- b) (..) quando o Acusado foi requisitado e não foi apresentado em dia e hora designados.
- c) () quando o Acusado reside em lugar de difícil acesso.
- d) () não existe condição de ocorrer citação por hora certa no processo penal.

070) - O processo do Júri obedece a rito previsto no Código de Processo Penal Brasileiro, que consiste em:

- a) () rito especial ou anômalo.
- b) () rito sumaríssimo.
- c) () rito ordinário.
- d) () rito sumário.

071) - Enquanto Paulo está em um teatro, alguém alerta, aos gritos, acerca da existência de fogo. Paulo, assustado, não havendo contribuído para aquele fato, nem podendo evitá-lo, sai em desabalada carreira e fere Tício gravemente. Descobre-se, porém, que não existia incêndio e sim que a pessoa que disse que haveria fogo era um dos integrantes do espetáculo, e que o alerta faria parte do espetáculo. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que, com sua conduta, Paulo.

- a) () somente poderá responder pelas lesões que produziu em Tício a título de culpa.
- b) () assumiu o risco de produzir lesões em Tício e, por isso, deve responder a título de preterdolo.
- c) () agiu no exercício regular de um direito.
- d) () agiu em estado de necessidade putativo.

072) - É correto afirmar:

- a) () O protesto por novo júri é recurso privativo da defesa.
- b) () Os embargos infringentes não são recurso privativo da defesa.
- c) () A apelação interposta contra decisão condenatória é recurso privativo da defesa.
- d) () Os embargos declaratórios são medida privativa da defesa.

073) - É correto afirmar:



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- a) () O uso de telefone celular em presídio é crime.
- b) () Possuir dólares americanos, no Brasil, é crime.
- c) () Dirigir veículo automotor sem habilitação é crime.
- d) () A bigamia e o adultério não são crimes.

074) - É correto afirmar:

- a) () A sentença penal condenatória prescinde de relatório com exposição sucinta da acusação e da defesa.
- b) () A sentença penal condenatória prescinde de fundamentação quando versar o processo sobre tráfico de entorpecentes.
- c) () A sentença penal absolutória prescinde de fundamentação quando versar sobre tráfico de entorpecentes.
- d) () É necessário à sentença penal condenatória que indique os artigos de lei aplicados.

075) - Paulo foi sentenciado e condenado por haver matado sua esposa e o amante dela a uma pena somada de 32 (trinta e dois) anos. Sendo que o juiz fixou 13 (treze) anos pelo homicídio perpetrado contra a esposa e 19 (dezenove) anos para o homicídio perpetrado contra o amante, o recurso cabível contra esta decisão é:

- a) () Apelação.
- b) () Protesto por novo júri.
- c) () Recurso em sentido estrito.
- d) () Agravo.

076) - É correto afirmar;

- a) () No procedimento do júri, em qualquer fase, o juiz mesmo que se convencendo da existência de circunstância que exclua o crime, não pode absolver o acusado de crime de homicídio, posto que sua decisão violaria o princípio do juiz natural.
- b) () O juiz absolverá desde logo o réu, quando se convencer da existência de circunstância que exclua o crime ou isente de pena o réu, recorrendo, de ofício, da sua decisão. Este recurso terá efeito suspensivo e será sempre para o Tribunal de Apelação.
- c) () No procedimento do júri, em qualquer fase, o juiz mesmo que se convencendo da existência de circunstância que isente de pena o réu, não pode absolver o acusado de crime de homicídio, posto que sua decisão violaria o princípio do juiz natural.
- d) () O juiz absolverá desde logo o réu, quando se convencer da existência de circunstância que exclua o crime ou isente de pena o réu, sem que com isso seja necessário efetivar o recurso de ofício, posto que o mesmo poderia violar o princípio do *ne reformatio in pejus*.

077) - O recurso cabível contra a decisão do juiz que julga deserto o



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Recurso de Apelação, no processo penal, é:

- a) () recurso especial;
- b) () recurso extraordinário;
- c) () recurso adesivo;
- d) () recurso em sentido estrito.

078) - Quando, nos crimes de ação penal de iniciativa privada, o querelante deixa de formular o pedido de condenação do réu, em alegações finais, o juiz deverá

- a) () julgar extinta a punibilidade pela preempção.
- b) () decretar a preclusão e abrir vistas à defesa do querelado para manifestação.
- c) () julgar extinta a ação por decadência.
- d) () Julgar extinta a punibilidade pela ocorrência de prescrição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

079) - Nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que são formas de provimento de cargo público:

- a) () nomeação, transferência ou ascensão;
- b) () nomeação, transferência ou reversão;
- c) () promoção, readaptação ou ascensão;
- d) () promoção, readaptação ou reversão.

080) - Nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que a vacância do cargo público decorra de:

- a) () exoneração, transferência ou ascensão;
- b) () exoneração, transferência ou demissão;
- c) () promoção, demissão ou readaptação;
- d) () promoção, demissão ou ascensão.

081) - Nos termos da Lei nº 8.112/1990, sobre os direitos e vantagens do



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

servidor público, é correto afirmar:

- a) () o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é redutível;
- b) () nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- c) () as vantagens pecuniárias serão computadas e acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;
- d) () será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

082) - Nos termos da Lei nº 8.112/1990, sobre as gratificações e adicionais deferidas ao servidor público, é correto afirmar:

- a) () a gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano;
- b) () o serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) em relação à hora normal de trabalho;
- c) () o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 50% (cinquenta por cento);
- d) () somente mediante solicitação do servidor, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

083) - Nos termos da Lei nº 8.112/1990, conceder-se-á ao servidor licença para:

- a) () o serviço militar, atividade política ou prêmio por assiduidade;
- b) () o serviço militar, atividade política ou capacitação;
- c) () capacitação, atividade política ou prêmio por assiduidade;
- d) () capacitação, atividade militar ou prêmio por assiduidade.

084) - Nos termos da Lei nº 11.107/2005, é correto afirmar:



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- a) () o consórcio público constituirá somente associação pública;
- b) () a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados;
- c) () os consórcios públicos não poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados;
- d) () é válida a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público.

085) - Nos termos da Lei nº 11.107/2005, é correto afirmar:

- a) () os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, não poderão ceder servidores ao consórcio público constituído;
- b) () o contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante decreto governamental, do protocolo de intenções;
- c) () a ratificação pode ser realizada com reserva que, aceita pelos demais entes subscritores, implicará consorciamento parcial ou condicional;
- d) () a ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções prescindirá de homologação da assembléia geral do consórcio público.

086) - Nos termos da Lei nº 11.107/2005, é correto afirmar:

- a) () é permitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito;
- b) () é permitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, salvo as despesas de transferências ou operações de crédito;
- c) () é vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito;
- d) () é vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, salvo as despesas de transferências ou operações de crédito.

087) - Nos termos da Lei nº 11.107/2005, é correto afirmar:



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

- a) () a retirada do ente da Federação do consórcio público não dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral;
- b) () os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira serão revertidos ou retrocedidos, mesmo no caso de expressa previsão contrária no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação;
- c) () a retirada ou a extinção do consórcio público não prejudicará as obrigações já constituídas, salvo os contratos de programa;
- d) () a alteração ou a extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

088) - Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, com sua vigente redação, é correto afirmar:

- a) () as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- b) () a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo indeterminado para atender a necessidade de excepcional interesse público;
- c) () os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- d) () é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

089) - Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, com sua vigente redação, é correto afirmar:

- a) () os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- b) () a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos;
- c) () os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo da ação penal cabível;
- d) () a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta não poderá ser ampliada mediante contrato.

090) - Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil,



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

promulgada em 1988, com sua vigente redação, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, incumbindo ao Poder Público:

- a) () definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- b) () exigir, na forma de decreto, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental;
- c) () disponibilizar as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais;
- d) () definir em lei estadual, localização das usinas que operem com reator nuclear, sem o que não poderão ser instaladas.

091) - Nos termos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) () o exercício da advocacia é compatível com qualquer procedimento de mercantilização;
- b) () a conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, excluindo outras prestações solicitadas, pelo cliente, a qualquer momento;
- c) () concluída a causa ou arquivado o processo, presumem-se o cumprimento e a cessação do mandato;
- d) () os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, podem representar em juízo clientes com interesses opostos.

092) - Nos termos do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) () o advogado pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente;
- b) () o substabelecimento do mandato sem reservas de poderes não exige prévio conhecimento do cliente;
- c) () é direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado;
- d) () o advogado deve guardar sigilo, mesmo em depoimento judicial, sobre o que saiba em razão de seu ofício, não lhe cabendo recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou tenha sido advogado, quando autorizado ou solicitado pelo constituinte.

093) - Nos termos do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) () inclui-se na atividade privativa de advocacia a impetração de *habeas corpus* em qualquer instância, grau ou tribunal;
- b) () os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados;
- c) () é permitida a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade;
- d) () a procuração para o foro em geral habilita o advogado a praticar todos os atos judiciais, em qualquer juízo ou instância, inclusive os que exijam poderes especiais.

094) - Nos termos do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) () o advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional;
- b) () o ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado junto ao Conselho Seccional onde se instalar, dispensando-se os sócios à inscrição suplementar;
- c) () o licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, alterando sua constituição;
- d) () salvo estipulação em contrário, 1/3 (um terço) dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.

DIREITO TRIBUTÁRIO



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

095) – Assinale a alternativa correta:

- a) () - Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público, pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos
- b) () - Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público, pertencem à competência legislativa daquelas a que tenham sido atribuídas, total ou parcialmente, as receitas.
- c) () - Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público, pertencem à competência legislativa daquela a que tenha sido atribuída a maior parcela da receita.
- d) () - Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público, pertencem à competência legislativa daquela a que tenha sido atribuída, ressalvadas as garantias e privilégios processuais, assegurados apenas as pessoas legalmente designadas.

096) – Assinale a alternativa correta

- a) () O não-exercício da competência tributária não **a defere** a pessoa jurídica de direito público diversa daquela que por determinação da Constituição, tenha co-participação no produto da arrecadação.
- b) () O não-exercício da competência tributária não **a defere** a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- c) () O não-exercício da competência tributária **defere-a à** pessoa jurídica de direito público que a Constituição designar.
- d) () O não-exercício da competência tributária implica em ressarcimento pela pessoa jurídica inoperante, face à pessoa jurídica lesada pela inércia, relativamente à parcela que lhe cabe na repartição das receitas tributárias.

097) – O Poder de Polícia definido no art. 78 do CTN, considera-se regular quando desempenhado:

- a) () - pelo órgão competente, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- b) () - pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso de poder.
- c) () pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- d) () pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal, ainda que se trate de atividade que a lei tenha como discricionária.

098) – Tendo em vista o disposto no art. 84 do CTN, assinale a alternativa



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

correta:

- a) () A lei federal pode cometer aos Estados e ao Distrito Federal o encargo de arrecadar os impostos de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.
- b) () A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no mínimo 60% de seu montante.
- c) () A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União, somente se o produto lhes seja distribuído inteiramente.
- d) () A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

099) – Assinale a alternativa que corresponde ao disposto no art. 98 do CTN:

- a) () - Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- b) () - Salvo disposição em contrário, os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- c) () - Se firmados com autorização expressa do governo os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- d) () - Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e somente serão observados pela que lhes sobrevenha, se houver cláusula expressa neste sentido.

100) – De acordo com o disposto no art. 103 do CTN, salvo disposição em contrário, entram em vigor:

- a) () – os atos administrativos e os convênios, ambos referidos no art. 100 do CTN na data de publicação dos mesmos.
- b) () os atos administrativos e os convênios, ambos referidos no art. 100 do CTN os primeiros na data de publicação e os convênios 30 dias após terem sido firmados.
- c) () os atos administrativos e os convênios, ambos referidos no art. 100 do CTN, aqueles na data de sua publicação e os convênio na data neles prevista.
- d) () os atos administrativos e os convênios, ambos referidos no art. 100 do CTN, aqueles na data de sua assinatura e os convênio na data neles prevista.

BOA PROVA!